

15 FEV 1981

JORNAL DE BRASÍLIA

Faoro defende a Constituinte sem restrições

Maceió — O advogado Raimundo Faoro, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, defendeu ontem, em Maceió, a convocação de uma Assembleia Constituinte, que, segundo ele, "para que seja livre e soberana seria necessário expurgar o voto de toda a manipulação e sobretudo a Manipulação governamental, por intermédio das restrições, tais como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa, a limitação dos meios de comunicação (rádio e televisão), pra que haja o pressuposto debate público, já que o debate público é incompatível com a vigência desses mecanismos". Faoro esteve em Maceió para participar da posse do novo presidente da OAB — Alagoas, advogado Marcelo Laveneri.

O jurista também defendeu a inclusão, dentro desses pressupostos, da legalização do Partido Comunista. "Seria uma maneira — acrescentou — de levantar a restrição maior, nem essa restrição deve subsistir, porque se há uma corrente comunista no Brasil, se há comunistas como todos nós conhecemos, se existe um comitê central que funciona, se existe uma imprensa que está na rua, porque essa hipocrisia, manter o Partido Comunista fora da lei?"

Faoro ainda afirmou que "só entenderia como um propósito, para que o Partido Comunista ficasse fora da lei, se, em última análise, todos os cidadãos pudessem ser confundidos como comunistas. O que é o argumento mais impressionante da direita".

LOMANTO

Salvador — O senador Lomanto Júnior (PDS-BA), defendeu ontem a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, "como fórmula de solucionar os graves problemas econômicos" do país, sobretudo a distribuição de renda e os limites de atuação do capital estrangeiro no Brasil. A melhor forma de convocação da Constituinte, segundo o senador, é atribuir poderes constituintes aos parlamentares que serão eleitos em 82.

— Acredito que o Congresso Nacional pode ser convocado com a finalidade de elaborar uma Constituição — disse o senador, prosseguindo: "mas ele terá maior legitimidade e será realmente uma Assembleia Nacional Constituinte, se seus integrantes forem eleitos com o povo já sabendo que o parlamentar em que votar, se vitorioso, terá poderes constituintes".

Para o senador Lomanto Júnior, uma reforma profunda da Carta Magna do país deve ser feita com o aval dos eleitores do novo Congresso, desta forma acentuou o ex-governador da Bahia "poderíamos fixar os limites de atuação do capital estrangeiro, seja a nível de União, Estado ou Município, e dar ao povo brasileiro uma melhor distribuição da riqueza nacional".